

# Luta do quilombo hoje é pela terra

ANDRÉ BARRETO

MONTE ALEGRE (GO) – Os Kalungas, descendentes dos quilombolas que lutaram contra a escravidão no interior de Goiás, vivem até hoje como se estivessem em 1600, ano em que Zumbi dos Palmares surgiu. O antigo quilombo aloja 1.200 pessoas que andam com os pés descalços, praticam agricultura de subsistência, usam luz de lampião e retiram água de poço. A comunidade, encravada no meio da serra a 560 quilômetros de Goiânia, se orgulha do seu passado. “Não quero sair daqui e ter de mudar a história do meu povo”, diz Procópio Dos Santos, 68 anos.

Procópio nasceu naquelas terras e dali nunca saiu. Matriarca em sua comunidade, ela não sabe ler nem escrever, mas tem guardados os documentos de

seus avós, herança que lhe garante a propriedade do lugar onde vive. É um personagem raro na corte Kalunga – além dela, outros 300 Kalungas têm a posse formal da terra, num total de 5 mil hectares. Nas 743 comunidades remanescentes de quilombos em todo o país, contabilizadas pela Fundação Palmares, a reivindicação é a mesma que nas terras dos Kalungas: a propriedade da terra ocupadas por seus antepassados.

Entre todas as comunidades, apenas 32 ganharam o título oficial da terra, num processo capitaneado pelo Incra, pelos estados e pela Fundação Palmares. Não é o mesmo que garantir a propriedade individual das terras, mas assegura que o grupo não seja varrido dali. Para conseguir o carimbo oficial, entretanto, é preciso percorrer um

longo caminho burocrático.

**Boas notícias** – Um convênio firmado entre os ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Cultura com a Fundação Palmares pode colocar um ponto final no problema. Está pronto para ser assinado o documento que define como se dará o processo de regularização do Kalunga e dos outros antigos quilombos brasileiros. O Incra vai repassar Títulos da Dívida Agrária (TDAs) referentes às fazendas que serão desapropriadas. Os governos estaduais, que receberão esses títulos, ficarão responsáveis pela indenização das terras dos fazendeiros.

No caso dos Kalungas, além da comunidade liderada por dona Procópio, existem mais dois grupos, todos em Goiás, que lutam pelo reconhecimento do direito de posse sobre a terra. Um

próximo da cidade de Cavalcante e outro em Teresina de Goiás, vizinhos às terras de dona Procópio. Os Kalungas querem a propriedade de uma terra de 253 mil hectares, composta na maior parte por morros e pedras. “Apenas 30% das terras são boas para plantar”, garante o Kalunga Tico, vereador da cidade de Monte Alegre.

Nos últimos meses, os Kalungas viram duas boas notícias chegar ao povoado: o governo federal decidiu indenizar os fazendeiros desapropriando as terras para legalizar a situação dos descendentes de quilombolas e já está construindo duas escolas nas comunidades Kalunga. A matriarca dos Kalungas está feliz com a possibilidade de ver a criação da comunidade numa sala de aula. A maioria dos adultos é analfabeta.

Fonte	IB (Brasil)
Date	26/8/2001
Pg	4
Clas	131